



Comunicado de imprensa

Luxemburgo, 1 de junho de 2022

Competitividade das PME pouco melhor com o apoio da União Europeia

As pequenas e médias empresas (PME) são essenciais para a economia da União Europeia (UE), mas não beneficiaram das medidas destinadas a aumentar a sua competitividade, conclui o Tribunal de Contas Europeu (TCE) num relatório especial hoje publicado. Os fundos da UE encorajam as PME a investir, mas têm pouco impacto na eficácia e competitividade. A maioria das empresas apoiadas não tirou vantagens deste apoio. O TCE recomenda que a Comissão Europeia e os Estados-Membros utilizem melhor o dinheiro da União para ajudarem realmente as PME.

As pequenas e médias empresas são um pilar da economia da UE: empregam quase dois terços (63%) da mão de obra da União e geram metade (52%) do valor acrescentado da UE, mas por vezes têm dificuldades em competir com empresas maiores. A União tem políticas de apoio às PME, em especial através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), cujos programas atribuíram mais de 40 mil milhões de euros à melhoria da competitividade das PME no período de 2014-2020 e disponibilizaram verbas adicionais para responder à pandemia de COVID-19. Contudo, o apoio não tornou as empresas mais competitivas, revela o TCE.

"As PME são a espinha dorsal da economia da UE. Quando iniciam e expandem as suas atividades precisam de apoio – e merecem-no!", defende Pietro Russo, Membro do TCE responsável pela auditoria. *"Mas o apoio do FEDER nos últimos anos não teve grande impacto na sua competitividade geral, o que lança dúvidas sobre os benefícios das medidas da União neste domínio."*

Existem mais de 20 milhões de PME na UE e o FEDER devia apoiar diretamente 800 000 até ao final de 2019. No entanto, o regulamento do fundo não exige que os Estados-Membros tenham estratégias para melhorar a competitividade das PME, tornando difícil garantir que o dinheiro chega às empresas e aos domínios com maior potencial de crescimento. Em média, os programas do FEDER concederam cerca de 42 000 euros a cada PME beneficiária, mas este número esconde grandes diferenças entre os Estados-Membros: o financiamento real variou entre cerca de 392 000 euros por projeto na Áustria e menos de 1 000 euros na Irlanda. Financiar um grande número de PME pode ser problemático, alerta o Tribunal, pois os pequenos projetos podem não conseguir atingir a dimensão necessária para contribuir verdadeiramente para a competitividade das empresas.

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral está disponível em www.eca.europa.eu.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

Na prática, o grosso dos fundos do FEDER destinava-se a projetos autónomos para PME individuais, mas a auditoria mostrou que estes originavam poucos efeitos de contágio, o que reduz o impacto global do apoio. Em alguns casos, o financiamento do FEDER afetou mesmo negativamente as perspetivas económicas de empresas que concorrem nos mesmos mercados e que não receberam apoio. Além disso, os projetos incidiam normalmente num fator específico da competitividade, sem medidas para garantir a eficácia ou resolver questões mais gerais das empresas (como a falta de mão de obra qualificada, os obstáculos regulamentares e os encargos administrativos). Assim, os recursos significativos dados a algumas PME não levaram a melhorias da competitividade global.

Houve ainda outros elementos que prejudicaram a eficácia do apoio da UE, como os procedimentos de seleção, em geral muito pouco ambiciosos e não pensados para financiar os projetos mais competitivos. A maioria das propostas que obteve a pontuação mínima para ser elegível recebeu financiamento, sem que existisse qualquer parâmetro de referência nem concorrência entre as candidaturas. Foram ignorados fatores como o aumento sustentável da competitividade ou a expansão do mercado, enquanto a inovação ou a investigação e desenvolvimento tiveram pouco impacto nas decisões. Em resultado, o dinheiro da UE não foi orientado principalmente para as PME mais promissoras.

Por último, o Tribunal questiona o valor acrescentado destes fundos, pois a maioria das PME teria feito os mesmos investimentos sem o financiamento público, o que confirma o risco de efeito de inércia deste tipo de apoio, uma questão para a qual o TCE já chamou a atenção várias vezes.

Informações de contexto

Na UE, consideram-se PME as empresas com menos de 250 trabalhadores e um volume de negócios anual não superior a 50 milhões de euros ou um balanço anual não superior a 43 milhões de euros. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), e em especial o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), encontram-se entre os maiores programas da UE que prestam apoio financeiro às PME. Durante o período de 2014-2020, os programas financiados pelo FEDER atribuíram 54,4 mil milhões de euros a medidas relacionadas com as PME, através de prioridades específicas designadas por objetivos temáticos. A maioria dos objetivos temáticos do FEDER pode contribuir direta ou indiretamente para aumentar a competitividade das PME. O objetivo temático 3, "Reforço da competitividade das PME", é o segundo maior em termos de volume de fundos atribuídos, com 40,3 mil milhões de euros de um total de 201,5 mil milhões de euros de financiamento do FEDER proveniente do orçamento da UE (em junho de 2021). Globalmente, três quartos do financiamento do FEDER destinado às PME (75%) assumem a forma de apoio direto.

O Relatório Especial 08/2022, *Apoio do FEDER à competitividade das PME: as insuficiências de conceção diminuem a eficácia do financiamento*, está disponível no sítio Web do TCE (eca.europa.eu).

Em maio deste ano, o TCE publicou também um relatório especial sobre os [programas da UE para ajudar as PME a acederem aos mercados internacionais](#).

O Tribunal apresenta os seus relatórios especiais ao Parlamento Europeu e ao Conselho da UE, bem como a outras entidades interessadas, como os parlamentos nacionais, partes interessadas do setor e representantes da sociedade civil. A grande maioria das recomendações formuladas nos relatórios é posta em prática.

Contactos para a imprensa

Serviço de imprensa do TCE: press@eca.europa.eu

- Vincent Bourgeois: vincent.bourgeois@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 551 502
- Damijan Fišer damijan.fiser@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 621 552 224
- Claudia Spiti: claudia.spiti@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 553 547